Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

As atividades da Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez e (v) risco de preço de commodities.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e ao investimento da liquidez excedente.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

(i) Risco cambial

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os preços dos produtos tanto no mercado doméstico quanto nas exportações são vinculados a moeda estrangeira (dólares) que difere de sua moeda funcional (real), aumentando o risco da volatilidade cambial sobre os resultados e compromissos projetados. No caso das vendas no mercado doméstico a conversão do preço da commodity em USD é realizada pela taxa média do mês anterior, havendo então uma defasagem cambial de 30 dias. De forma a minimizar este risco, mas ainda mantendo determinada exposição à variação cambial, a Diretoria Executiva está autorizada a realizar contratos de venda de dólares a termo ("NDF: Non-Deliverable Forward Asiática") até o limite de 30% do faturamento líquido dos próximos 12 meses. Estes contratos não envolvem a entrega física de moeda, sendo que a liquidação financeira ocorre meramente pela diferença entre a cotação contratada e a média das taxas de câmbio dos 30 dias anteriores ao vencimento. Como a cotação futura é formada pela "taxa spot" atual e expectativas do mercado, o preenchimento da proteção até 30% ocorre de forma pontual na medida em que se percebe maior volatilidade cambial no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía os seguintes contratos em aberto, protegendo parcialmente o limite previsto para 2015, que corresponde a US\$ 93 milhões:

Contratação	Vencimento	Venda a termo US\$ (NDF)	Taxa vencimento
02/out/14	jan/15	10.500.000	2,52
07/nov/14	fev/15	7.000.000	2,61
03/dez/14	mar/15	7.000.000	2,61
11 e 16 dez 2014	abr/15	3.705.015	2,75
11 11	mai/15	4.005.863	2,77
11 11	jun/15	4.449.867	2,79
11 11	jul/15	3.705.303	2,82
11 11	ago/15	3.976.796	2,84
11 11	set/15	4.189.130	2,87
11 11	out/15	3.739.038	2,89
11 11	nov/15	3.737.595	2,91
11 11	dez/15	3.178.845	2,94

Adicionalmente, as vendas são efetuadas com base no preço de referência das *commodities* de ligas de ferrocromo e ferrosilício. As transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representaram 19,71% do total das vendas no exercício (2013 – 21,02%). Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, as quais podem gerar ganhos ou perdas durante o período.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 5 e 6, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI. No que se refere ao passivo oneroso (R\$12.890 mil) composto pela contratação de financiamento via programas PSI-FINAME e FINEM (ambos do BNDES), as taxas de juros pré-fixadas foram incentivadas pelo governo federal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

a. riscos para os quais se busca proteção e d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros. Além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações, utilizando relatórios internos que analisam o grau e o impacto dessa exposição, subsidia o Conselho de Administração com relação às políticas implementadas para mitigar a exposição as riscos. Esses riscos incluem riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros, de valor justo de ativo, de preço de venda), e de crédito.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Ac Companhia utiliza o Hedge de fluxo de caixa, na modalidade de Termo de Moeda Asiático Non-Deliverable Forward)

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

De forma a minimizar a exposição à variação cambial, a Diretoria Executiva está autorizada a realizar contratos de venda de dólares a termo ("NDF: Non-Deliverable Forward Asiática") até o limite de 30% do faturamento líquido dos próximos 12 meses.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Ferbasa possui todos os seus processos normatizados, mapeados e inter-relacionados, conforme INBR ISO 9001:2008, certificação implantada desde 1995. Todas estas normas funcionam monitorando pontos críticos de controle, de forma coorporativa na empresa. Implantação da área de auditoria interna contábil e financeira, processo de melhoria de Governança Coorporativa e mantém um conselho fiscal atuante. A empresa acredita que a estrutura é, atualmente, necessária para gerenciar os riscos citados. Além disso, tem contratado anualmente consultoria tributária reconhecida e especializada para dar suporte aos cálculos de todos os tributos a pagar.

Em 2014, a Metalurgia teve seu Sistema Integrado de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança certificado pelo ABS Quality Evaluations, nas normas OHSAS 18.001 e ISO 14.001. As certificações obtidas refletem a preocupação com a melhoria contínua, além do cumprimento da legislação vigente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O planejamento estratégico da Companhia realizado durante o ano de 2014, consolidou os objetivos de crescimento da empresa. Desde o início do exercício, foram levados à efeito alguns projetos essenciais ao crescimento sustentado de nossas operações, a saber: planejamento estratégico da companhia com apoio e assessoramento da FDC-Fundação Dom Cabral; programa de otimização de custos nas minerações; programa de capacitação em liderança e gestão; contratação de consultoria específica em mineração, para apoio na prospecção e comprovação de novas reservas. Foi criada a área de Comunicação Corporativa, a área de Gestão Integrada, agregando segurança, saúde, qualidade e meio ambiente. Na área de Governança, a criação da Gerência de Relacionamento com Investidores. Implantação da área de Auditoria Interna. Adesão, em 2011, no nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotados pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Em complemento aos riscos informados no item 5.1, o emissor também considera relevante para o seu negócio, os riscos abaixo descritos:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade. O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico material de perdas.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplica em títulos com no mínimo "grau de investimento". A alocação por instituição financeira também é e limitada a 30% da carteira total de forma a não centralizar o caixa em menos do que três bancos.

(ii) Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração nos clientes Aperam Inox e Marubeni Corporation, que representam cerca de 52,16% (2013 – 54,36%) e 78,50% (2013 – 32,13%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo, respectivamente. Eventuais riscos de liquidez associados com esses clientes ou redução na demanda de ferroligas de FeCrAC e FeSi75% causarão impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

(iii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas financeiras adequadas, como, também, assegurando linhas de crédito para captação de recursos que julgue necessários. Adicionalmente, exerce o monitoramento contínuo do fluxo de caixa e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo indica as linhas de crédito que a Companhia tem à disposição:

	2014	2013
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	340.562	318.681
=	3 101302	310,001

(iv) Risco de preço do commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende fazer parte da natureza do seu negócio a exposição a este risco e não há no momento a contratação de instrumento financeiro ou outro mecanismo de mitigação deste risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

(v) Outros fatores de risco senão financeiros

Riscos regulatórios e ambientais: a Companhia esta sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos climáticos: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares na área de plantio.

Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja plantado para consumo próprio (carvoejamento), a Companhia está sujeita a impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são revisadas anualmente para antever possíveis impactos.

Risco de manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS há um benefício denominado Desenvolve que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos sejam julgamos inconstitucionais ou mesmo não renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

Risco de energia elétrica: por ser eletrointensiva a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. O atual contrato com a CHESF vence em 30 de junho de 2015 e a sua renovação depende de autorização do Poder Executivo. Caso a Companhia não venha a renovar este contrato ou encontre uma solução similar junto à estatal, pode haver impacto na sua rentabilidade ou até mesmo redução de sua capacidade produtiva.

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a Companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos. Essa afirmativa é baseada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- ✓ Geração de lucros de forma consistente;
- ✓ Forte geração operacional de caixa;
- ✓ Estrutura de capital constituída predominantemente por recursos próprios;
- ✓ Volume inexpressivo de inadimplência.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem bem abaixo do praticado pelas demais empresas de Mineração, Siderurgia e Metalurgia.

(i) hipóteses de resgate;

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe, em curto prazo, previsão para realização de tal evento.

(ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta índices de liquidez bastante favoráveis. Para cada R\$1,00 de obrigações no curto prazo, a Ferbasa tem R\$ 5,6 (2013 – R\$ 5,9) em recursos de curto prazo (índice de liquidez corrente). Desconsiderando os estoques, para cada R\$1,00 de obrigações no curto prazo, a Ferbasa tem R\$ 2,9 (2013 – R\$ 2,5) em recursos de curto prazo (índice de liquidez seca).

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), que são submetidos à aprovação em AGO/E, gerando o Orçamento de Capital.

Em 2014, a Companhia apresenta contratação de financiamentos, via programas PSI-FINAME e FINEM (ambos do BNDES), para aquisição de máquinas/equipamentos e reforma florestal com prazos totais de 120 e 108 meses para pagamento e carência de até 24 meses (PSI-FINAME) e 84 meses (FINEM).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia mantém reservas financeiras adequadas, e assegura linhas de crédito para captação de recursos que julque necessários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo

Endividamento de 14,2% (2013 – 13,3%), representados pelas obrigações com fornecedores, trabalhistas, fiscais e de financiamento bancário para aquisição de máquinas/equipamentos, via programa PSI-BNDES.

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possui obrigações decorrentes de financiamento bancário, no valor de R\$12.890 mil devido à contratação, via programas do BNDES, PSI-FINAME (para aquisição de máquinas e equipamentos) e FINEM Florestal (para reforma de 3.126 hectares florestais de eucalipto). Os prazos para pagamento total desses financiamentos são de 120 meses para o FINAME, com carência de até 24 meses e 108 meses para o FINEM, com carência de 84 meses.

		dez/14				
DÍVIDA: FINAME (R\$ mil)						
Taxa	Vencimento	Dívida Total				
2,5%a.a	2022	256,8				
2,5%a.a	2023	5.434,6				
3,0%a.a	2023	2.449,0				
4,0%a.a	2023	356,5				
6,0%a.a	2024	1.885,5				
		10.382,4				

		dez/14		
DÍVIDA: FINEM FLORESTAL (R\$ mil)				
Taxa	Vencimento	Dívida Total		
TJLP 5%aa + 1,52% a.a.	2022	2.508,0		
		2.508,0		

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Não aplicável.

iv) Eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía saldo de adiantamento de contrato de câmbio; sendo o limite global de crédito (Contratos de câmbio, conta garantida e fianças) de R\$ 340,6 milhões (R\$ 261,7 milhões, em 31/12/2013).

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resumo das Demonstrações financeiras

De acordo com a Administração, as demonstrações contábeis anuais, abaixo referidas, refletem a correta apresentação da posição patrimonial, e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

Apresentação das informações contábeis

A leitura e análise das demonstrações e demais informações contábeis a elas referenciadas, incluídas neste documento, devem considerar os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB; as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – BR GAAP e IFRS e as demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as disposições contidas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) referentes aos exercícios findos em 2014, 2013 e 2012, inclui parágrafo de ênfase sobre os fato de que, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico, o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

Algumas novas normas e alterações de normas e interpretações com validade para períodos anuais que entrarão em vigor após o exercício de 2014. A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelos seguintes assuntos:

(i) IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(ii) IFRS 15: Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

(iii) Alterações aos IAS 16 e IAS 41: Agricultura Plantas Produtivas

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva suprimento de produtos agrícolas por mais de um período, devam ser contabilizadas como imobilizado e incluídas no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(iv) Outras

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- IFRS 14 Contas Regulatórias de Diferimento
- Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto (alteração do IFRS 11)
- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e Demais Informações Financeiras

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e demais informações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com o BR GAAP:

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios indicados

	Consolidado					Variação		
	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	2014/2013	2013/2012
RECEITA LÍOUIDA DE VENDAS	828.247	100.0%	799.772	100.0%	707.402	100,0%	3.6%	13,1%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	6.718	0,8%	25.434	3,2%	16.382	2,3%	-73,6%	55,3%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(651.298)	-78,6%	(663.148)	82,9%	(569.390)	80,5%	-1,8%	
LUCRO BRUTO	183.667	22,2%	162.058	20,3%	154.394	21,8%	13,3%	
		_		_				
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Com vendas	(11.087)	1,3%	(11.538)	1,4%	(10.097)	1,4%	-3,9%	14,3%
Gerais e administrativas	(73.942)	8,9%	(64.015)	8,0%	(56.148)	7,9%	15,5%	14,0%
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas	(24.352)	2,9%	(10.039)	1,3%	(18.181)	2,6%	142,6%	-44,8%
Total	(109.381)	13,2%	(85.592)	10,7% _	(84.426)	11,9%	27,8%	1,4%
LUGDO ODED LOTOVILL LAWRED DO DEGLE EL DO								
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO	74.206	0.00/	76.466	0.60/	60.060	0.00/	2.00/	0.20/
FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	74.286	9,0%	76.466	9,6%	69.968	9,9%	-2,9%	9,3%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	33.665	4,1%	22.546	2,8%	32.017	4,5%	49,3%	-29,6%
Despesas financeiras	(4.598)	0,6%	(5.875)	0,7%	(4.235)	0,6%	-21,7%	38,7%
Total	29.067	3,5%	16.671	2,1%	27.782	3,9%	74,4%	-40,0%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	103.353	12,5%	93.137	11,6%	97.750	13,8%	11,0%	-4,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Isenção e redução	14.831	1,8%	11.140	1,4%	11.437	1,6%	33,1%	-2,6%
Corrente		3,9%		3,3%		3,9%	22,2%	-2,6% -4,5%
Diferido	(32.525) 6.036	-0.7%	(26.611)	-0,5%	(27.878) 4.235	0,6%	-253,2%	-4,5%
Dilendo	(11.658)	1,4%	(19.410)	2,4%	(12.206)	1,7%	-233,2% -39,9%	-193,0% 59,0%
	(11.638)	1,4%	(19.410)	2,4%	(12.206)	1,7%	-39,9%	39,0%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS		-		-				
OPERAÇÕES CONTINUADAS	91.695	11,1%	73.727	9,2%	85.544	12,1%	24,4%	-13,8%
•		, · · · =						
Lucro atribuído aos acionistas controladores	91.409		73.483		85.326			
		_		_				
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	286	_	244	_	218			

PÁGINA: 12 de 24

Balanços Patrimoniais levantados em 2014, 2013 e 2012

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balanços Patrimoniais consolidados, levantados em 2014, 2013 e 2012, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

	Consolidado					Varia	ção	
	31/12/20	14	31/12/20	13	31/12/20	12	2014/2013 2	2013/2012
ATIVOS								
CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	54.680	3,7%	116.492	8,4%	229.682	17,6%	-53,1%	-49,3%
Aplicação financeira	193.653	13,3%	115.551	8,4%	27.707	2,1%	67,6%	317,0%
Contas a receber de clientes	103.766	7,1%	163.347	11,8%	118.517	9,1%	-36,5%	37,8%
Estoques	299.679	20,5%	211.570	15,3%	229.085	17,5%	41,6%	-7,6%
Impostos a recuperar	24.065	1,6%	16.277	1,2%	20.379	1,6%	47,8%	-20,1%
Outras contas a receber	4.981	0,3%	7.783	0,6%	3.667	0,3%	-36,0%	112,2%
Total dos ativos circulantes	680.824	46,6%	631.020	45,7%	629.037	48,1%	7,9%	0,3%
NÃO CIRCULANTES								
Aplicação financeira	12.191	0,8%	738	0,1%	682	0,1%	1551,9%	8,2%
Estoques	13.369	0.9%	10.764	0.8%	9.616	0,7%	24.2%	11,9%
Impostos a recuperar	10.367	0,7%	8.161	0,6%	8.319	0,6%	27,0%	-1,9%
Depósitos judiciais	3.084	0,2%	3.317	0,2%	2.816	0,2%	-7,0%	17,8%
Depósito para reinvestimento	1.131	0,1%	4.387	0,3%	3.010	0,2%	-74,2%	45,7%
Outros créditos	166	0,0%	201	0,0%	210	0,0%	-17,4%	-4,3%
	40.308	2,8%	27.568	2,0%	24.653	1,9%	46,2%	11,8%
Investimentos:								
Outros	124	0,0%	124	0,0%	124	0,0%		
Imobilizado e intangível	567.334	38,8%	547.995	39,7%	501.238	38,4%	3,5%	9,3%
Ativo biológico	172.939	11,8%	175.089	12,7%	151.949	11,6%	-1,2%	15,2%
Total dos ativos não circulantes	780.705	53,4%	750.776	54,3%	677.964	51,9%	4,0%	10,7%
TOTAL DOS ATIVOS	1.461.529	100,0%	1.381.796	100,0%	1.307.001	100,0%	5,8%	5,7%

	Consolidado					Varia	cão	
	31/12/20	14	31/12/20	13	31/12/201	12	2014/2013	2013/2012
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTES								
Fornecedores	45,439	3,1%	30,863	2,2%	29,729	2,3%	47,2%	3.8%
Empréstimos e financiamentos	1.426	0,1%	398	0.0%	29.129	2,370	258,3%	3,670
Obrigações trabalhistas e encargos	41.222	2,8%	39.219	2,8%	37.402	2,9%	5,1%	4,9%
Impostos e contribuições sociais	13.472	0,9%	9.488	0,7%	4.617	0,4%	42,0%	105,5%
Dividendos propostos	701	0,0%	2.851	0,2%	=	-,.,-	-75,4%	,
Juros sobre o capital próprio	6.000	0.4%	13.842	1.0%	18.841	1,4%	-56,7%	-26,5%
Outras contas a pagar	6.010	0,4%	2.267	0,2%	575	0,0%	165,1%	294,3%
Total dos passivos circulantes	114.270	7,8%	98.928	7,2%	91.164	7,0%	15,5%	8,5%
Não ornava Aversa								
NÃO CIRCULANTES	14.226	1.00/	12 407	1.00/	12 104	0.00/	5.60/	10.60/
Provisão para passivo ambiental	14.236	1,0%	13.487	1,0%	12.194	0,9%	5,6%	10,6%
Empréstimos e financiamentos	12.251	0,8%	8.090	0,6%	-		51,4%	
Obrigações trabalhistas e encargos	5.807	0,4%	-	0.20/		0.50/	06.70/	60.40/
Impostos e contribuições sociais	87 13.838	0,0% 0,9%	2.657 19.874	0,2%	6.712 15.935	0,5%	-96,7%	-60,4%
Impostos diferidos Provisão para passivos eventuais				1,4% 1,5%		1,2%	-30,4%	24,7%
	23.158	1,6%_	20.611		18.067	1,4%	12,4%	14,1%
Total dos passivos não circulantes	69.377	4,7%	64.719	4,7%	52.908	4,0%	7,2%	22,3%
Total dos passivos	183.647	12,6%	163.647	11,8%	144.072	11,0%	12,2%	13,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1 0 1 5 1 5 0	51.5 0/	005.005	71.00	005 505	50 5 01	c 10/	0.50
Capital social	1.045.478	71,5%	985.205	71,3%	897.735	68,7%	6,1%	9,7%
Reservas de lucros	197.371	13,5%	186.925	13,5%	219.362	16,8%	5,6%	-14,8%
Ajustes de avaliação patrimonial	41.834	2,9%	41.834	3,0%	41.834	3,2%	1001120	
Ações em tesouraria	(11.232)	-0,8%	(28)	0,0%	(28)	0,0%	40014,3%	
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas	1 252 451	07.10	1 212 026	07.00		00.70	4.00/	4.50
controladores	1.273.451	87,1%	1.213.936	87,9%	1.158.903	88,7%	4,9%	4,7%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas								
não controladores	4.431	0,3%_	4.213	0,3%	4.026	0,3%	5,2%	4,6%
Total do patrimônio líquido	1.277.882	87,4%	1.218.149	88,2%	1.162.929	89,0%	4,9%	4,7%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.461.529	100,0%	1.381.796	100,0%	1.307.001	100,0%	5,8%	5,7%
		_		_				

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2014 e 2013

Em milhões de Reais	2014	2013	Δ%
Taxa média US dólar	2,33	2,14	8,9 %
Receita líquida	828,2	799,8	3,6%
Custo dos produtos vendidos	651,3	663,1	-1,8%
Custo sobre receita	78,6%	82,9%	
Lucro bruto	183,7	162,1	13,3%
Margem bruta	22,2%	20,3%	
EBITDA ajustado	136,3	113,4	20,2%
Margem EBITDA	16,5%	14,2%	
CAPEX	105,1	100,6	4,5%
Dividendos/JCP	20,7	17,5	18,3%
Caixa líquido (método direto)	24,5	(23,9)	- 202,5%
Lucro Líquido	91,7	73,7	24,4%
Margem de lucro	11,1%	9,2%	

Receita líquida: Preços no mercado interno e externo refletem os preços de referência internacional convertidos pelo US dólar. A receita líquida totalizou R\$ 828,2 milhões em 2014, representando um aumento de 4% em relação a 2013, justificado principalmente por vendas mais seletivas e melhora nas margens do ferrossilício 75 no mercado doméstico.

Custo dos produtos vendidos: O custo com produtos vendidos em 2014 totalizou R\$ 651,3 milhões, representando uma redução de 2% em relação à 2013, enquanto a receita líquida aumentou 4%. Sendo assim, houve uma melhora na margem bruta de R\$ 21,6 milhões.

Resultado bruto: O resultado bruto alcançado em 2014 foi de R\$ 183,7 milhões, registrando um acréscimo de 13,3% em relação ao exercício de 2013.

Margem Bruta: A margem bruta sobre a receita líquida atingiu 22,2% em 2014, ante os 20,3% atingidos no ano anterior.

Lucro líquido: Como resultado dos fatores supracitados, o lucro líquido totalizou R\$ 91,7 milhões em 2014, aumento de 24% em relação a 2013.

Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 29,1 milhões, contra R\$ 16,7 milhões em 2013, fruto do crescimento do saldo em caixa e aumento das taxas de juros. O caixa e equivalentes de caixa, incluindo as aplicações financeiras já líquido dos financiamentos, totalizou R\$ 248,0 milhões. As aplicações financeiras da FERBASA estão substancialmente associadas ao comportamento da taxa SELIC (CDI).

Dívida financeira: A FERBASA possui estrutura de capital, fundamentalmente, constituída por recursos próprios de seus acionistas. A Companhia tem aumentado o foco na captação de recursos, via linhas subsidiadas, principalmente para aquisições de máquinas, caminhões e plantio de florestas de eucaliptos. No final do exercício, o saldo em aberto de financiamentos é R\$ 13,7 milhões com prazo para pagamento de até 120 meses.

Despesas com vendas: Em 2014, as despesas com vendas totalizaram R\$ 11,1 milhões, contra R\$ 11,5 milhões, de 2013. Os percentuais sobre a receita líquida correspondem, respectivamente, a 1,3% e 1,4%, nesses anos. Essas despesas incluem taxas portuárias e comissões de agentes.

Despesas administrativas: No ano de 2014, as despesas administrativas, incluindo as participações nos lucros, totalizaram R\$ 73,9 milhões, contra R\$ 64,0 milhões acumulados em 2013 (representando 8,9% e 8,0% em relação à receita líquida, respectivamente). A parcela referente aos salários, benefícios, pró-labore da administração, encargos sociais e PLR totalizaram R\$ 46,7 milhões, representando um aumento de 9,4% (2013 - R\$ 42,7 milhões), em função do reajuste médio salarial de 8% no ano. Os serviços contratados pelas áreas administrativas totalizaram R\$ 13,4 milhões, em 2014, representando um aumento de R\$ 4,0 milhões, em relação aos serviços contratados em 2013. Tal aumento se deve ao incremento nas atividades de TI, com a implantação de BI e novos módulos de ERP, consultorias tributárias para levantamento de créditos e renovação de benefícios fiscais, fee de sucesso no processo de créditos com Eletrobrás e outras consultorias estratégicas para definição de ações envolvendo energia elétrica.

Geração de caixa: O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais alcançou R\$ 165,8 milhões. Dessa geração de caixa operacional, R\$ 105,1 milhões foram destinados para a liquidação financeira das aquisições de imobilizado (CAPEX) e R\$ 31,5 milhões para dividendos/JCP, incluindo R\$ 14 milhões pagos sobre resultado intermediário de 2014. O caixa gerado pelas atividades operacionais inclui uma variação positiva de capital de giro de R\$ 10 milhões, sendo o aumento de R\$ 93,5 milhões em estoques de matérias-primas e produto acabado, compensado por retorno ao normal dos prazos de recebimento de clientes, que haviam sido alongados no 1º semestre de 2013, ampliação de prazos de fornecedores e recuperação de créditos fiscais sobre compras do ativo imobilizado.

O caixa consolidado líquido dos financiamentos totalizou R\$ 248,2 milhões e está substancialmente aplicado em fundos de investimentos, contendo letras financeiras de bancos de primeira linha e títulos do tesouro nacional, com rendimento médio ponderado de 104% do CDI.

Outras informações e medidas não contábeis

Ebitda: O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade e representa o lucro do exercício, antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e exaustão. A FERBASA está apresentando o seu EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução CVM 527/12, adicionando ou excluindo do indicador o valor justo de ativos biológicos, perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências. No caso da execução do plano sucessório de diretores e membros do conselho de administração, iniciada em 2013, o valor está sendo ajustado por se tratar de um valor relevante, mas não recorrente.

EBITDA AJUSTADO			
(em R\$ milhões)	2014	2013	Δ%
Lucro líquido	91,7	73,7	24,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(29,1)	(16,7)	74,3%
(+/-) IRPJ/CSLL	11,7	19,4	-39,7%
(+/-) Depreciação e exaustão	46,1	45,6	1,1%
EBITDA	120,4	122,0	-1,3%
(+/-) Provisão para contingências	1,7	(3,0)	156,7%
(+/-) Valor justo de ativos biológicos	7,1	(11,9)	159,7%
(+/-) Êxito contingência Eletrobrás	(6,3)		
(+/-) Baixa de imobilizado	(0,2)	(0,6)	-66,7
(+/-) Plano sucessório da administração	13,6	6,9	97,1%
EBITDA ajustado	136,3	113,4	20,2%
Margem EBITDA	16,5%	14,2%	

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) Resultado das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A receita líquida totalizou R\$ 828,2 milhões, correspondendo a um acréscimo de 3,6% em relação ao ano de 2013, refletindo a combinação da estratégia de vendas mais seletivas associada à captura de melhores margens no mercado de ferrossilício 75.

As vendas de ferrossilício 75 no mercado interno aumentaram 11.008 toneladas já que alguns produtores brasileiros optaram por desligar seus fornos devido ao alto preço de energia elétrica no mercado livre. Já no mercado externo, as vendas totais foram reduzidas em 25.901 toneladas para destinar ferrossilício 75 ao mercado interno e priorizar a estocagem de ferrocromo para abastecer o mercado nacional a partir de julho de 2015.

RECEITA LÍQUIDA				
(em milhões de Re	rais)	2014	2013	Δ%
Mercado Interno	Ferrocromo alto carbono	376,6	384,9	-2,2%
	Ferrocromo baixo carbono	65,5	68,5	-4,4%
	Ferrossilício 75	193,6	116,5	66,2%
	Minério	16,3	15,1	7,9%
	Outros	13,0	9,7	34,0%
	Total MI	665,0	594,7	11,8%
Mercado Externo	Ferrocromo alto carbono	9,0	36,6	-75,4%
	Ferrocromo baixo carbono	23,4	35,4	-33,9%
	Ferrossilício 75	126,3	133,1	-5,1%
	Minério	4,5		
	Total ME	163,2	205,1	-20,4%
	TOTAL (MI+ME)	828,2	799,8	3,6%

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No ano de 2014, as vendas registraram uma redução de 12,2%, com maior decréscimo nas exportações de produtos com margens menores. Esta redução está alinhada com a estratégia de aumentar o nível de estoques de produtos acabados para atender o mercado durante o 2º semestre de 2015, caso o contrato de energia com a CHESF não venha a ser renovado ou não se encontre uma alternativa para a questão.

Entretanto, no caso do ferrosilício 75, a FERBASA aproveitou a oportunidade, dada pela redução da oferta por outros produtores nacionais, e aumentou as vendas no mercado interno e reduziu no mesmo ritmo no mercado externo.

A desaceleração industrial brasileira, que segundo IBGE teve queda de 3,2% em 2014, facilitou a estratégia de estocagem, uma vez que os principais setores consumidores de ferroligas, aço carbono e inox reduziram as suas atividades: automotivo, máquinas, bens de capital e construção civil.

PÁGINA: 16 de 24

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A produção de ligas avançou 9,6%, em relação ao ano anterior, totalizando 285.340 toneladas. Esse aumento produtivo é consequência direta da maior utilização da planta industrial, a qual teve sua capacidade instalada aumentada em 6%, a partir de abril, com a entrada em operação do 14º forno, de forma a aumentar os estoques de produtos acabados, utilizando ao máximo a energia disponível em nosso contrato com a CHESF.

Em 2014, os processos produtivos apresentaram uma boa estabilidade operacional, o que resultou numa produção superior em 9,6% em comparação com 2013. Observamos durante 2014 um aumento nos custos de produção associado à inflação de preço dos principais insumos, que impactaram nossos produtos da seguinte forma:

- FeCrAC = +8,5%
- FeCrBC = +11,5%
- FeSi75 = -0.3%

No combinado de todos os produtos, observamos um aumento médio ponderado nos custos de produção (inflação de custos) de 5,6%. No caso do FeCrAC, destacamos o aumento no custo do minério de cromo (+10%), e dos preços da pasta eletródica (+14%), que neste caso, foi compensado por um bom desempenho operacional com redução no consumo de eletrodo. No caso do FeSi75, observamos um aumento no uso de biorredutor, que foi compensado com melhorias dos coeficientes técnicos na utilização de energia, pasta eletródica e alguns insumos auxiliares.

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 29,1 milhões, contra R\$ 16,7 milhões em 2013, fruto do crescimento do saldo em caixa e aumento das taxas de juros. O caixa e equivalentes de caixa, incluindo as aplicações financeiras já líquido dos financiamentos, totalizou R\$ 248,0 milhões. As aplicações financeiras da FERBASA estão substancialmente associadas ao comportamento da taxa SELIC (CDI).

PÁGINA: 17 de 24

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- 10.3. Comentários da diretoria sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia.
 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

PÁGINA: 18 de 24

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes.

PÁGINA: 19 de 24

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que reflitam um risco significativo e que possam resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos; provisões para fechamento de minas; e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são continuamente revistos. As revisões relacionadas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 10.6. Comentários da Diretoria sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:
 - a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras são processos desenvolvidos para proporcionar confiabilidade aos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras. Esses controles adotados pela Companhia asseguram um grau de eficiência adequado e representam, da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor. Além disso, durante o exercício de 2012, implantamos a área de Auditoria Interna visando à melhoria contínua desses procedimentos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A Carta de Recomendação referente ao exercício de 2014 contém recomendações que não comprometem a confiabilidade das demonstrações financeiras. A Companhia tem procurado, gradativamente, aperfeiçoar seus controles internos. Atualmente, contratamos serviços de consultoria para essa finalidade.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:
 - a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos Formulário de Referências da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- 10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada;e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados, em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não aplicável.

 a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável